

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 1305/2014

Nomeação, em regime de substituição, para exercício das funções de Diretora de Serviços Administrativos e Financeiros da técnica superior Maria Natália Pacheco Rodrigues Gravato

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, por deliberação do Conselho Diretivo, datada de 29 de maio de 2014 foi nomeada, em regime de substituição, para exercício das funções de Diretora de Serviços Administrativos e Financeiros, cargo de direção intermédia de 1.º grau, a técnica superior Maria Natália Pacheco Rodrigues Gravato, com efeitos ao dia 1 de junho de 2014.

Síntese Curricular

1 — Dados Pessoais

Nome — Maria Natália Pacheco Rodrigues Gravato
Data de nascimento — 12 de maio de 1958

2 — Formação Académica

Executive Master — Gestão para Juristas, (2011 a 2012), Católica Porto Business School, em parceria com o Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados.

Pós-Graduação em Direito Administrativo, (1993 a 1994), Instituto Superior de Tecnologia Empresarial, com classificação de Muito Bom.

Licenciatura em Direito — Ciências Jurídicas — pela Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, em 2 de julho de 1981, com a classificação de 12 valores.

3 — Formação Complementar

Diplomada com o Curso Avançado em Gestão Pública (CAGEP), INA, 2006.

Auditora de Defesa Nacional, IDN, 2002/203 (dissertação aprovada com a menção de Muito Bom).

4 — Funções desempenhadas

2008 (janeiro) a 2014 (maio) — Chefe de Divisão em regime de substituição da Divisão de Apoio à Administração Local da Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local da CCDRN.

2007 a 2008 — Diretora de serviços do Centro Português de Fotografia/Direção Geral de Arquivos (de 1 maio de 2007 a janeiro de 2008).

1997-2007 — Subdiretora-geral do Centro Português de Fotografia (de 26 de junho de 1997 a 30 de abril de 2007).

1995-1997 — Chefe de Divisão da Divisão de Investigação e Estudos Autárquicos/Comissão de Coordenação da Região do Norte (de 8 de setembro de 1995 a 25 de junho de 1997).

1987-1995 — técnica superior Jurista na Divisão de Apoio Jurídico da Direção Regional de Administração Autárquica (de março de 1987 a setembro de 1995).

11 de junho de 2014. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Carlos Manuel da Costa Pires*.

207890302

Deliberação (extrato) n.º 1306/2014

Nomeação, em regime de substituição, para exercício das funções de Chefe do Serviço de Promoção e Comunicação, da Técnica Superior Carla Sandra Ferreira da Fonseca

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, por deliberação do Conselho Diretivo, datada de 29 de maio de 2014 foi nomeada, em regime de substituição, para exercício das funções Chefe do Serviço de Promoção e Comunicação, cargo de direção intermédia de 2.º grau, a Técnica Superior Carla Sandra Ferreira da Fonseca, com efeitos ao dia 1 de junho de 2014.

Síntese Curricular

1 — Dados Pessoais

Nome — Carla Sandra Ferreira da Fonseca
Data de nascimento — 20 de março de 1970

2 — Formação Académica

Pós-Graduação em Gestão Autárquica, (2001 | 2002), Faculdade de Economia da universidade do Porto, com classificação de 15 valores.

Licenciatura em Relações Internacionais — Políticas e Culturais, pela Universidade do Minho, em 1992, com a classificação de 15 valores.

3 — Funções desempenhadas

Outubro de 2012 a maio de 2014 — Chefe da Divisão Municipal de Bibliotecas (Direção Municipal de Cultura da Câmara Municipal do Porto), assumindo funções de Diretora das Bibliotecas Municipais do Porto (Biblioteca Pública Municipal do Porto e Biblioteca Municipal Almeida Garrett).

Dezembro de 2011 a outubro de 2012 — Diretora do Departamento Municipal de Bibliotecas (Direção Municipal de Cultura da Câmara Municipal do Porto).

Abril 2010 a dezembro de 2011 — Chefe da Divisão Municipal da Rede de Leitura (Direção Municipal de Cultura da Câmara Municipal do Porto), assumindo funções de diretora da Biblioteca Municipal Almeida Garrett.

De julho de 2001 a março de 2010 — Chefe da Divisão Municipal de Relações Internacionais (Direção Municipal dos Serviços Administrativos, até 2003 e Direção Municipal dos Serviços da Presidência, até 2010).

De fevereiro de 1993 a julho de 2001 — Técnica Superior de Relações Internacionais (Gabinete da Presidência e Direção Municipal dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal do Porto), tendo neste período criado o serviço e coordenado a Divisão Municipal de Relações Internacionais.

11 de junho de 2014. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Carlos Manuel da Costa Pires*.

207890295

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde
de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 7329/2014

Procedimento concursal simplificado de seleção a nível regional conducente ao recrutamento de pessoal médico para a categoria de assistente, da área profissional de especialização de medicina geral e familiar, da carreira especial médica.

Nos termos dos n.ºs 5 a 7 e 13.º do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 204/2003, de 18 de agosto, e do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/98, de 24 de abril, e ao abrigo do Despacho n.º 7007-A/2014, publicado através do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102 de 28 de maio, faz-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., datada de 4 de junho de 2014, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal de recrutamento simplificado destinado ao preenchimento de 100 postos de trabalho postos a concurso, na categoria de assistente da área profissional de medicina geral e familiar da carreira especial médica, mediante a celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Requisitos de admissão

Podem candidatar-se ao procedimento simplificado aberto pelo presente aviso os médicos detentores do grau de especialista, nos termos previstos no n.º 2 do Despacho n.º 7007-A/2014, publicado através do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102 de 28 de maio.

2 — Prazo de apresentação de candidaturas

Dez dias úteis, contados a partir do dia seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República*.

3 — Método de seleção

A seleção, do procedimento em apreço obedece ao disposto no n.º 5 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro, conforme consta na alínea a) do n.º 4 do Despacho n.º 7007-A/2014, publicado através do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102 de 28 de maio.

4 — Caracterização dos postos de trabalho

Aos postos de trabalho cuja ocupação aqui se pretende corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 11.º do n.º 177/2009, de 4 de agosto, conjugado com o artigo 7.º-B, aditado pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

5 — Remuneração

A remuneração base mensal líquida a atribuir corresponde à remuneração de ingresso na categoria de assistente, a que correspondente a 1.ª posição remuneratória e nível remuneratório 45, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 51-A/2012 de 31 de dezembro.

6 — Local de trabalho

Os locais de trabalho são os identificados em Anexo, ao presente aviso.

7 — Prazo de validade

O procedimento de recrutamento simplificado aberto pelo presente aviso é válido para a ocupação dos postos de trabalho acima enunciados, terminando com o seu preenchimento.

8 — Legislação aplicável

O procedimento de recrutamento simplificado aberto pelo presente aviso rege-se pelo disposto nos n.ºs 5 a 7 e 13 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, aplicáveis por remissão do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/98, de 24 de abril e pelo Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

9 — Horário de trabalho

O período normal de trabalho é de 40 horas semanais.

10 — Formalização das candidaturas

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., podendo ser entregue diretamente nas suas instalações, sitas na Avenida Estados Unidos da América, 75, 1749-096 Lisboa, no período compreendido entre as 09 horas e as 18 horas, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, com aviso de receção.

10.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Candidatura, a qual deve fazer-se acompanhar de um currículo que, embora elaborado em modelo europeu, proceda a uma descrição sucinta das atividades desenvolvidas, num total máximo de 10 páginas.
- Identificação do requerente (impreterivelmente — o nome, estado, naturalidade, número e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão, residência, código postal, endereço eletrónico e telefone);
- Pedido para ser admitido ao concurso;
- Identificação do concurso, mediante indicação da referência correspondente à especialidade a que se candidata, data e página do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;
- Identificação dos documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
- Natureza do vínculo e estabelecimento ou serviço em que se encontra a exercer funções;
- Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao procedimento de recrutamento.

10.3 — A candidatura deverá impreterivelmente ser acompanhada, dos seguintes elementos:

- Documento comprovativo do grau de especialista na área de exercício profissional a que respeita o concurso, com indicação do resultado quantitativo da prova de avaliação final do respetivo internato médico;
- Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Declaração emitida pelo próprio candidato em que comprove possuir a robustez física e o perfil psíquico exigidos para o exercício de funções profissionais públicas;
- Certificado do registo criminal;
- Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos;
- Fotocópia do Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão;

10.4 — A apresentação dos documentos referidos nas alíneas b) e d) do ponto anterior pode ser substituída por declaração, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

11 — Composição e identificação do Júri

O Júri do presente procedimento de recrutamento simplificado aqui em causa é constituído, nos termos e conforme previsto no ponto 5. e 6. do Despacho anteriormente mencionado e que autoriza a sua abertura, a saber:

Presidente: Maria Violeta de Jesus Barreto Pimpão, Assistente Graduada Sénior de Medicina Geral e Familiar, do Agrupamento de Centros de Saúde de Sintra;

1.ª vogal efetiva: Zélia Maria Monteiro e Silva Vaz Garez, Assistente Graduada de Medicina Geral e Familiar, do Agrupamento de Centros de Saúde de Sintra, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.ª vogal efetiva: Maria Fernanda Freire da Fonseca, Assistente Graduada de Medicina Geral e Familiar, do Agrupamento de Centros de Saúde de Loures-Odivelas;

3.ª vogal efetiva: Maria Manuela Almeida Rodrigues Victor, Assistente Graduada de Medicina Geral e Familiar, do Agrupamento de Centros de Saúde do Estuário do Tejo, que, na qualidade de suplente, substituirá qualquer das vogais efetivas nas suas faltas e impedimentos.

4.ª vogal efetiva: Maria Laura Prazeres Marques, Assistente Graduada Sénior de Medicina Geral e Familiar, da Sede da ARSLVT, que, na qualidade de suplente, substituirá qualquer das vogais efetivas nas suas faltas e impedimentos.

12 — Afixação da lista de candidatos admitidos e excluídos

A lista de candidatos admitidos e excluídos será afixada nas instalações da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., sitas na morada indicada já no ponto 10.1 do presente aviso.

13 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

ANEXO

Estabelecimento de Saúde	N.º de Vagas
Agrupamento de Centros de Saúde — Lisboa Norte	5
Agrupamento de Centros de Saúde — Lisboa Central	3
Agrupamento de Centros de Saúde — Lisboa Ocidental e Oeiras	6
Agrupamento de Centros de Saúde — Cascais	6
Agrupamento de Centros de Saúde — Amadora	5
Agrupamento de Centros de Saúde — Sintra	15
Agrupamento de Centros de Saúde — Loures-Odivelas	8
Agrupamento de Centros de Saúde — Estuário do Tejo	8
Agrupamento de Centros de Saúde — Almada-Seixal	10
Agrupamento de Centros de Saúde — Arco Ribeirinho	7
Agrupamento de Centros de Saúde — Arrábida	8
Agrupamento de Centros de Saúde — Oeste Norte	3
Agrupamento de Centros de Saúde — Oeste Sul	7
Agrupamento de Centros de Saúde — Médio Tejo	5
Agrupamento de Centros de Saúde — Lezíria	4

4 de junho de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P.,
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre.

207893673

Centro Hospitalar do Oeste

Aviso (extrato) n.º 7330/2014

Procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Assistente Hospitalar de Pediatria da carreira especial médica — área de exercício hospitalar, no mapa de pessoal do Centro Hospitalar do Oeste, aberto por aviso n.º 1389/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22 de 31 de janeiro de 2014.

Para conhecimento e devidos efeitos, publica-se que o procedimento supracitado é considerado deserto por ausência de candidatos.

16 de junho de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração,
Dr. Carlos Manuel Ferreira de Sá.

207891607

Aviso n.º 7331/2014

Procedimento concursal comum para ocupação de um (1) posto de trabalho da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica da categoria de técnico de 2.ª classe de Radiologia

1 — Faz-se publico que, por deliberação do Conselho de Administração deste Centro Hospitalar de 12 de março de 2014, no uso da competência delegada, se encontra aberto pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na categoria de técnico de 2.ª classe da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica da área de Radiologia, na modalidade de relação jurídica de